



Nº 10, AGOSTO DE 2016, WWW.PORMASSAS.ORG - ESTUDANTIL@PORMASSAS.ORG

É PRECISO ENFRENTAR TEMER E ALCKMIN

A política do governo golpista de Temer é a mesma de Alckmin. Estão pondo em prática o ajuste fiscal. Os cortes de recursos à educação precarizam ainda mais as escolas. Alckmin derrubou a liminar que suspendia a “reorganização das escolas” (fechamento de salas e escolas). Os professores estão há dois anos sem reajuste salarial. Os serviços foram entregues às empresas terceirizadas, que submetem os trabalhadores à escravidão. Na maioria das escolas, falta tudo (merenda, papel, etc.). Os estudantes convivem com as salas de aula superlotadas. O desemprego vem golpeando as famí-

Organizar os grêmios nas escolas que ainda não contam com os grêmios independentes.

lias. Não por acaso, uma parte dos estudantes abandona a escola para ganhar a vida. Essa situação exige uma resposta, que só pode ser o retorno da luta. *Devemos iniciar o semestre organizando os grêmios nas escolas que ainda não contam com os grêmios independentes. Naquelas que possuem, vamos chamar as assembleias para discutir as reivindicações e aprovar o caminho para conquistá-las. Os professores estão se organizando para uma assembleia estadual em agosto. Vamos unificar e ganhar as ruas. Só com os métodos próprios dos explorados conseguiremos enfrentar a política de Temer e Alckmin.*

Alckmin retomou a ofensiva da “Reorganização Escolar”

Depois de uma “reorganização” silenciosa, que eliminou 1.300 salas de aulas em 2016, Alckmin derrubou por meio da Justiça o processo que suspendeu a reorganização escolar. A suspensão foi conseguida após a ocupação de mais de 200 escolas, no ano passado. Para o governador, a “reorganização” silenciosa não é suficiente para o objetivo de cortar recursos da educação. O seu objetivo é fechar 93 escolas, eliminar turnos e salas de aula.

A experiência mostrou que as ações na Justiça não derrotam uma política de Estado. Se, por acaso, o governo perde numa instância judicial, logo mais ganha em outra. O que faz o governo recuar é o enfrentamento direto, como ocorreu com as ocupações.

Nesse segundo semestre, a luta será dura para pôr abaixo a “reorganização” de Alckmin. Daí a necessidade da organização dos estudantes e a unidade na luta com os professores.

Por uma ampla campanha por 25 alunos por sala de aula

O estado de São Paulo tem todas as condições para implementar os 25 alunos por sala de aula, nas séries finais do ensino fundamental II e no ensino médio. E, nas séries iniciais, que envolvem os primeiros passos da leitura, escrita e matemática, devem ser no máximo 15 alunos por sala. Para isso, basta que o governo abra todas as escolas, salas e turnos que foram fechados nesses últimos 20 anos (gestão do PSDB) e aplique os 25 e 15 alunos por sala.

Ao contrário, o governador fecha salas e turnos e superlota as que permanecem. As salas superlotadas de crianças e de jovens tornam os ambientes de difícil convívio. Os professores se esgotam com facilidade, a indisciplina toma conta e uma parte dos estudantes não vê razão de continuar frequentando a escola sem nada aprender.

A nossa campanha contra a “reorganização escolar” de Alckmin deve ser: 1) nenhum fechamento de salas, turnos e escolas; 2) abertura de tudo que foi fechado; 3) salas de aula com no máximo 25 alunos.

ASSEMBLEIA ESTUDANTIL É UM DIREITO

A diretora e vice-diretora de uma escola estadual em Itaquaquecetuba proíbe o grêmio de convocar a assembleia estudantil. Alega que o estatuto proíbe “aglomerações”. FALSO! Os estudantes têm o direito de se reunir, de convocar assembleias e de constituir grêmios livres. É por meio da assembleia que os estudantes discutem, aprovam suas reivindicações e decidem como conquistá-las. Por meio das assembleias, os estudantes aprendem a pensar e agir coletivamente, sem interferência da direção da escola. Tenham, assim, independência. As ocupações de 220 escolas, no ano passado, ensinaram muito. Tudo era decidido pelas assembleias das ocupações.

O que a diretora e vice-diretora de Itaquaquecetuba querem é impedir que os estudantes se organizem e lutem por seus direitos. Querem, portanto, que os estudantes permaneçam desorganizados, porque assim é mais fácil administrar a escola e aplicar a política de Alckmin. Temos um exemplo: recentemente, houve uma mobilização ao redor do Passe Livre. A diretoria manobrou para pôr fim à mobilização que se iniciava, prometeu transporte gratuito a 240 estudantes, mas era mentira. Está aí por que os estudantes precisam se organizar e fazer funcionar seus instrumentos, com a assembleia. É a assembleia que decidirá como os estudantes da escola têm de atuar para conseguir suas reivindicações. Não podemos permitir que a direção da escola decida o que os estudantes devem fazer. Vamos continuar defendendo as assembleias nas escolas.

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01071 - São Paulo - SP - www.pormassas.org

CPI da merenda, uma conversa para boi dormir

As entidades estudantis UPES e UBES (ligadas ao PT e PCdoB) têm feito campanha em favor da CPI da merenda. Querem que os estudantes acreditem que uma comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa (ALESP), formada majoritariamente por deputados que apoiam Alckmin, possa investigar o roubo da merenda.

O governador mandou abrir a CPI, mas colocou, como presidente, vice-presidente e relator, deputados do PSDB e aliados. Portanto, já nasceu morta. Como parte da manobra, a CPI poupou o cabeça da ALESP, Fernando Capez e outros deputados também acusados. Tem como defender a CPI? Tem como chamar os estudantes para ouvir os depoimentos dessa farsa? Não!

Ao contrário do que fazem essas direções (burocratizadas, eleitoreiras e metidas até a medula com esse jogo parlamentar), nossa política é outra. Nenhuma CPI pode apurar roubo e crimes da burguesia. Isso porque os investigadores fazem parte do estado e do governo. Por isso, *o roubo da merenda tem de ser apurado por organismos próprios dos explorados. A Corrente Proletária defende que somente um Tribunal Popular, saído das lutas e controlado pela classe operária, é capaz de apurar e punir crimes como esse da merenda.*

O projeto “Escola sem Partido” é um sintoma da barbárie capitalista

O PLS 193/2016, apelidado de “Escola sem Partido”, está tramitando no Senado. O primeiro artigo da proposta traz as suas diretrizes: defende uma suposta neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado. Além disso, aponta os estudantes como se fossem “vulneráveis” diante de um “exército de militantes” praticando “doutrinação ideológica” no cotidiano das salas de aula. Isso tudo é pura falsidade. Mais do que isso: não passa de cinismo, de desculpa esfarrapada para aprovar uma lei repressiva contra professores e estudantes que não se submetem ao obscurantismo religioso. O projeto visa a combater o renascimento das lutas dos secundaristas, bloqueando a possibilidade de unidade com o movimento dos professores. A juventude tem se mobilizado instintivamente. Os governos temem o avanço da consciência política dos secundaristas.

É preciso que o movimento estudantil e dos professores desmascarem as mentiras e falsificações do projeto “Escola sem Partido”.

O que se ensina na escola, em geral, é o que a educação burguesa prescreve e permite. Está aí por que não está alicerçada em bases científicas. Certas explicações e interpretações sobre a história, as desigualdades sociais, as opressões, etc., que fazem críticas ao capitalismo e menções ao socialismo, nem de longe chegam perto de uma base científica. Não fazem senão reconhecer algumas evidências do capitalismo em decomposição, que são tratadas no sentido de reformar, humanizar o capitalismo e harmonizar as classes sociais. Os promotores da “Escola sem Partido” não se mostram capazes de analisar o real conteúdo desse ensino acusado de esquerdizante. Assim, retomam a velha e banal ideia da “neutralidade” do conhecimento. A experiência já demonstrou que aqueles que se valem desse conceito, na verdade, ocultam seus objetivos nada neutros. É o que se passa com a “Escola sem Partido”. No fundo, trata-se de uma investida das Igrejas que constantemente atuam para controlar o ensino público, não bastando terem suas redes próprias. Não por acaso, evangélicos e católicos estão unidos sob a bandeira da “Escola sem Partido”.

A juventude e os professores não apenas devem combater essa ofensiva reacionária e obscurantista, como também se colocarem por uma nova escola científica, que una a teoria e a prática, a escola e a produção social. Devem, também, lutar pela total e irrestrita liberdade de expressão, de estudo e de ensino.

O projeto visa a combater o renascimento das lutas dos secundaristas, bloqueando a possibilidade de unidade com o movimento dos professores. (...) temem o avanço da consciência política dos secundaristas.

1º ENCONTRO SECUNDARISTA DA CORRENTE PROLETÁRIA

O 1º encontro foi realizado em 23 de julho. Teve como tema: “Violência e desemprego entre a juventude”. Reuniu secundaristas, universitários e professores. Iniciou com os relatos da juventude sobre as experiências vividas após as ocupações das escolas e com a criação dos grêmios. Em seguida, houve a discussão em grupos sobre a violência e o desemprego a partir dos dados apresentados. Os grupos elaboraram suas conclusões. No final, houve a plenária onde se debateram as colocações dos grupos. O Encontro foi encerrado com a discussão e aprovação de um Manifesto.

Conclusão sobre a mortandade que recai sobre a juventude: Em primeiro lugar, por homicídio, em segundo, acidente de trânsito e, em terceiro, suicídio. Os jovens que estão morrendo são na maioria homem, negro, desempregado ou subempregado, analfabeto ou semianalfabeto. Também são esses jovens que compõem majoritariamente os presídios. Encarcerados por furto, roubo ou tráfico de drogas. Os homicídios, em grande parte, são cometidos pela polícia.

Houve concordância de que a violência é de classe. É a juventude proletária que está morrendo. São os filhos dos explorados que padecem das piores condições de estudo e trabalho. Uma grande parte sequer consegue conciliar os estudos com o trabalho.

Este geralmente informal, com extensa jornada de trabalho diária e com salários aviltantes. Um outro contingente de jovens sequer consegue o trabalho. Os problemas gerados pelo trabalho e a presença de um ensino desvinculado de suas necessidades são as principais causas do abandono escolar.

Entre as conclusões, foi apontado o alto índice de marginalidade entre a juventude, que procura responder à miséria por meio do tráfico de drogas e da criminalidade. Houve o rechaço às explicações da burguesia que responsabilizam os jovens pelo chamado “desvio de caráter”. Ao contrário dessas falsas explicações, houve acordo de que é preciso buscar as raízes do problema, que estão na sociedade de classe, no sistema capitalista de exploração do trabalho. Por fim, a plenária se ateve à violência do Estado sobre a juventude, que se materializa nos assassinatos e nas prisões.

Do Encontro, foram extraídas duas importantes campanhas que vêm sendo implementadas pela Corrente Proletária: 1) a defesa da combinação dos estudos com o trabalho. Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho. Jornada de trabalho de 4 horas; 2) denúncia constante da violência policial sobre a juventude pobre. Defesa da bandeira de desmantelamento da polícia.